



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Setembro | 2018

Boletim Conjuntural

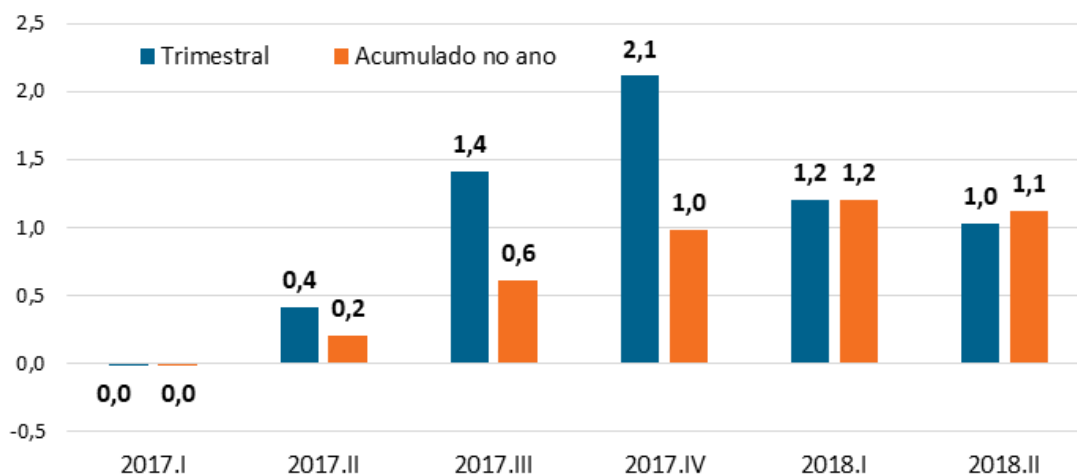
Setembro | 2018

1. CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira esboçava, em 2017, uma trajetória de recuperação modesta, mas em ritmo crescente de variação. Tal panorama mudou em 2018, visto que tal trajetória passou a perder força. É o que se verifica, a partir de informações das Contas Nacionais Trimestrais/IBGE (**Gráfico 1**). De fato, as variações do PIB trimestral referentes a 2017 foram ascendentes. O que se segue, na primeira metade de 2018, é o arrefecimento do ritmo de recuperação: 1,2% e 1,0%, respectivamente para o primeiro e segundo trimestres deste ano, tendo-se por base os respectivos mesmos períodos do ano anterior. Portanto, são dados que explicam e realimentam a reversão de expectativas a

respeito da taxa de crescimento econômico esperada – pelos agentes econômicos – para o PIB brasileiro em 2018. Assim, a estimativa mais recente aponta para uma elevação de apenas 1,35% do PIB, conforme o Boletim Focus do Banco Central de 21/09/2018 – patamar ainda otimista se tomarmos por base o crescimento de apenas 1,1% no primeiro semestre de 2018, conforme também ilustrado no **Gráfico 1**. Um cenário bem diferente do vislumbrado no início do ano quando se esperava que a economia brasileira viesse a crescer cerca de 3%. O Boletim Focus do Banco Central, por exemplo, apontava, em 02/03/2018, para uma elevação de 2,9%.

Gráfico 1 - Brasil: taxas de variação real do PIB, em % - 1º trimestre de 2017 ao 2º trimestre 2018 (base: mesmo período do ano anterior)

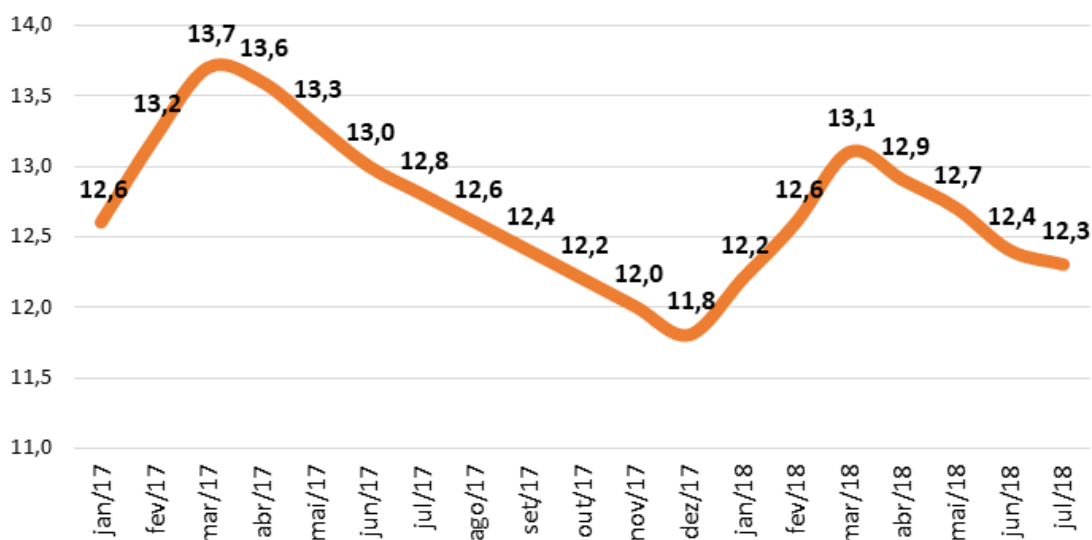


Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi,

No que diz respeito ao mercado de trabalho – fator que resulta do nível de atividade da economia, afetando as decisões das famílias de assumir gastos no futuro imediato – também se observa uma mudança de direção. De fato, informações recentes da PNAD Contínua/IBGE revelam que, depois de baixar ao patamar mínimo de 11,8% no último trimestre do ano passado, a taxa de desemprego alcançou 12,3% no trimestre maio-junho-julho deste ano (**Gráfico 2**). Ou seja, depois de uma sistemática redução

do desemprego ao longo de 2017, a taxa de desocupação volta a crescer, alcançando novo pico em março de 2018 e, apesar do declínio observado a partir de então, ainda se apresenta bastante elevada. Permanece, portanto, um quadro preocupante, com quase treze milhões de pessoas em busca de emprego – ou seja, tal contingente não inclui aqueles que desistiram de procurar trabalho porque não acreditam que o encontraria (os tecnicamente considerados como “desalentados”).

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a julho/2018



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Devem ser levados em conta dois fatos econômicos que sintetizam os fatores que influenciam a taxa de desocupação da força de trabalho. Por um lado, a evolução da população economicamente ativa, que – no período observado – cresceu de 104,0 milhões de pessoas em julho de 2017 para 104,5 milhões em julho de 2018, levando ao aumento da procura por emprego, dado que mais pessoas estão entrando no mercado de trabalho. Por outro, a evolução do contingente de pessoas ocupadas, que, nesse período, se expandiu (em milhões) de 90,7 para 91,7. O resultado líquido dos dois movimentos é a atenuação do número de desocupados, embora metade do aumento de pessoal ocupado seja devido a posições na economia informal.

Quando se considera a geração de empregos formais, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (MTE) revelam um número de **admissões** superior ao de **demissões**, no resultado acumulado de janeiro a agosto de 2018 – saldo positivo de 568.551 empregos, como indicado na **Tabela 1**. Portanto, um resultado compatível com os dados de ocupação fornecidos pelo IBGE, que apontam para um crescimento de 500 mil empregos formais, no confronto entre o trimestre terminado em julho deste ano, com igual período do ano passado. Apesar disso, é evidente que o mercado de trabalho não apresenta dinamismo necessário para absorver o crescimento da força de trabalho – conforme assinalado, são quase treze milhões de pessoas buscando alguma alternativa de ocupação; ademais, considere-se a situação representada pelo fenômeno do desalento que atinge outros milhões.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal
- janeiro-agosto/2017, agosto/2018 e janeiro-agosto/2018

SUBSETOR	JAN/17-AGO/17	AGO/18	JAN/18-AGO/18
Agropecuária	118.649	-3.349	87.564
Indústria Extrativa	-1.626	467	2.416
Indústria de Transformação	58.198	15.764	97.534
SIUP	129	1.240	8.930
Construção	-24.479	11.800	65.460
Comércio	-91.339	17.859	-75.030
Varejo	-98.653	14.019	-91.658
Atacado	7.314	3.840	16.628
Serviços	119.202	66.256	369.167
Adm, técnicos e profissionais	30.873	18.074	128.492
Saúde	44.353	8.525	68.179
Ensino	63.970	20.338	89.297
Alojamento e Alimentação	-11.441	12.832	39.650
Transportes e Comunicações	2.196	5.576	38.755
Outros serviços	-10.749	911	4.794
Administração Pública	18.526	394	12.510
Total	197.260	110.431	568.551

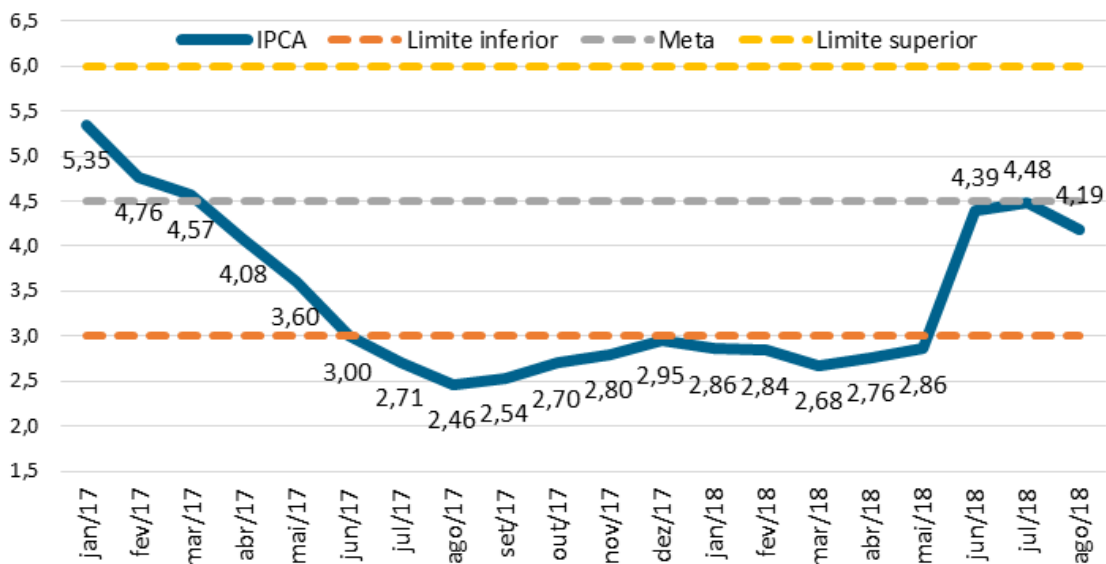
Fonte: Caged/MTE.

(*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até junho/2018.

Inflação é outro aspecto a ser contemplado nessa contextualização da conjuntura econômica do país. Enfrenta-se um momento de aumento dos preços. O IPCA acumulado em 12 meses, que desde o início do segundo semestre de 2017 vinha se mantendo abaixo 3,0% - ver **Gráfico 3** -, cresceu significativamente no mês de junho (4,39%), e mais ainda em julho (4,48%), voltando a se reduzir em agosto (4,19%). É certo que esse movimento, em parte, pode ser explicado pelo desabastecimento momentâneo provocado pela “greve dos caminhoneiros”, em maio. Além disso, a desvalorização cambial, que se aproxima dos 30% ao longo de 2018, também

tem potencial inflacionário. Com efeito, desde a recente elevação da taxa básica de juros nos EUA - em março, junho e agora em setembro do corrente ano - o câmbio passou a ser um fator de preocupação, via aumento de custo de insumos importados pela indústria. No entanto, com o lento ritmo de recuperação da economia e com a enfraquecida disposição de consumo das famílias, repasses para os preços são menores do que poderiam ser em conjuntura de dinamismo econômico. O fato é que a inflação de 12 meses, apesar da elevação recente, ainda não ultrapassa o centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%).

Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2017 a agosto/2018

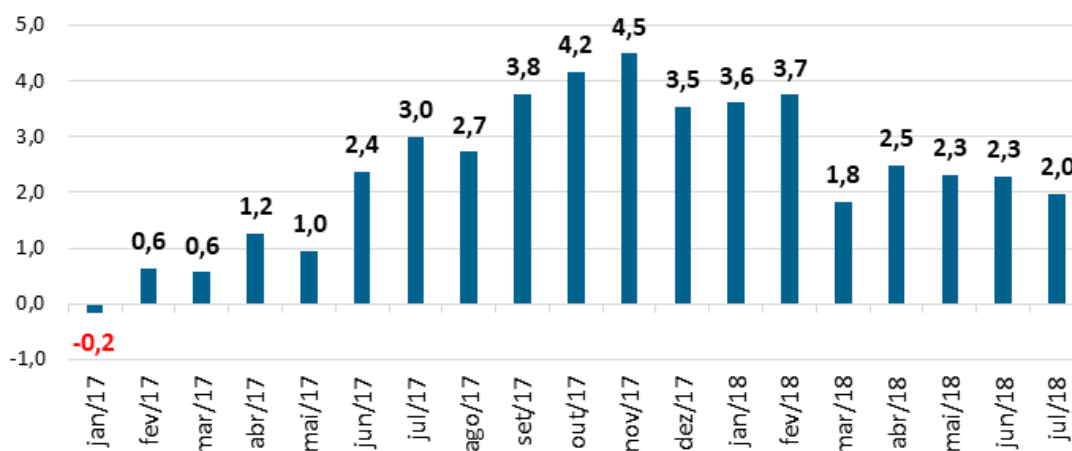


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Apesar do recente aumento do IPCA, influenciado principalmente por fator episódico, permanece relativamente baixo o patamar de inflação, o que contribui para manutenção de uma taxa básica de juros inferior ao histórico padrão brasileiro. Nesse ambiente de baixa inflação, a massa real de salários tende a, pelo menos, manter seu valor real. E, enquanto se mantiver um crescimento do número de pessoas ocupadas, o valor real da massa de salários terá variação positiva. De fato, a massa real de salários vem se mantendo superior à do ano

anterior desde fevereiro de 2017 (**Gráfico 4**), conforme dados do IBGE. No trimestre maio-junho-julho o ganho real foi de 2%, em relação a igual período de 2017. Portanto, mesmo em nível inferior ao patamar máximo de novembro 2017 (ganho real 4,5%), a massa real de salário mantém-se acima do montante registrado no mesmo período do ano passado. Preserva-se, assim, um elemento essencial para alimentar o volume de negócios nos segmentos de comércio e de prestação de serviços.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro/2017 a julho/2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Pode-se concluir esta seção afirmando que os principais indicadores econômicos permitem inferir que o desempenho da economia brasileira será positivo em 2018, relativamente ao ano de 2017, sem confirmar, todavia, o ritmo de crescimento que se esperava ao final do ano passado e início deste ano. Um crescimento econômico de 1% ou um pouco superior é deveras modesto para uma economia que passou por

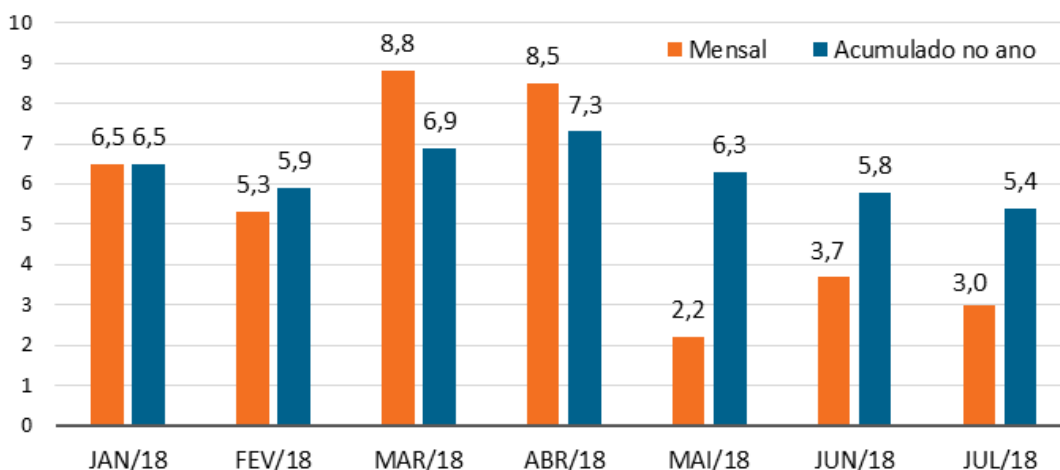
uma profunda recessão, da qual emergiu com elevação do PIB de apenas 1,0% em 2017. Se 2018 – segundo ano pós-recessão – repetir o modesto crescimento do ano passado, como os indicadores estão indicando, o país estará completando inédita e experiência de cinco anos consecutivos de estagnação, recessão e lento crescimento o que levou a significativa perda da renda per capita.

Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018

São contempladas, nesta seção, informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, tem-se a trajetória mensal e o indicador acumulado do **varejo restrito** no ano.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado no país, nos sete primeiros meses do ano, é superior ao observado nos meses correspondentes de 2017: 6,5% em janeiro; 5,3% em fevereiro; 8,8% em março; 8,5% em abril; 2,2% em maio; 3,7% em junho, e 3,0% em julho. O desempenho nos três últimos meses é bem inferior ao dos demais meses do ano. É sabido que em parte esse comportamento é explicado pelo movimento grevista dos caminhoneiros, mas é fato que o crescimento econômico tem ficado bem abaixo do que era esperado. No que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a julho), em comparação com o mesmo período do ano passado, as variações são todas expressivamente positivas, embora se verifique uma trajetória declinante a partir do quarto mês do ano. (**Gráfico 5**).

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro/2018 a julho/2018

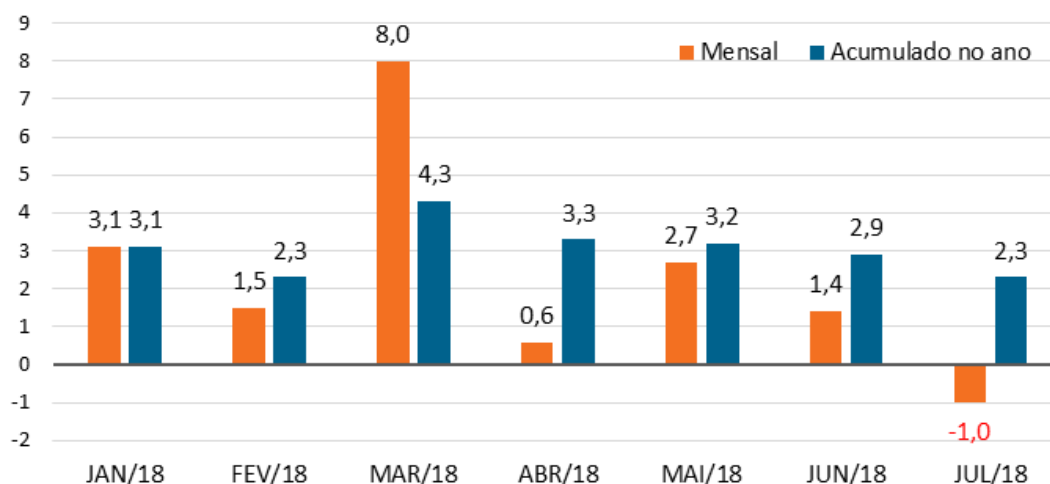


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao comportamento do varejo restrito, isto é, não considerados os segmentos de veículos e de material de construção, as variações tanto mensais quanto acumuladas também se mantêm no campo positivo, com exceção do desempenho mensal de julho (-1,0%). Entretanto, são variações, em geral, bem abaixo das referidas para o varejo

ampliado. O desempenho acumulado neste ano (janeiro a julho), por exemplo, é de 2,3% (**Gráfico 6**) – portanto, substancialmente inferior ao desempenho do varejo ampliado. De toda forma, pode-se afirmar que o varejo, tanto ampliado quanto restrito, continua evoluindo positivamente, em ritmo superior ao observado no ano passado.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro/2018 a julho/2018



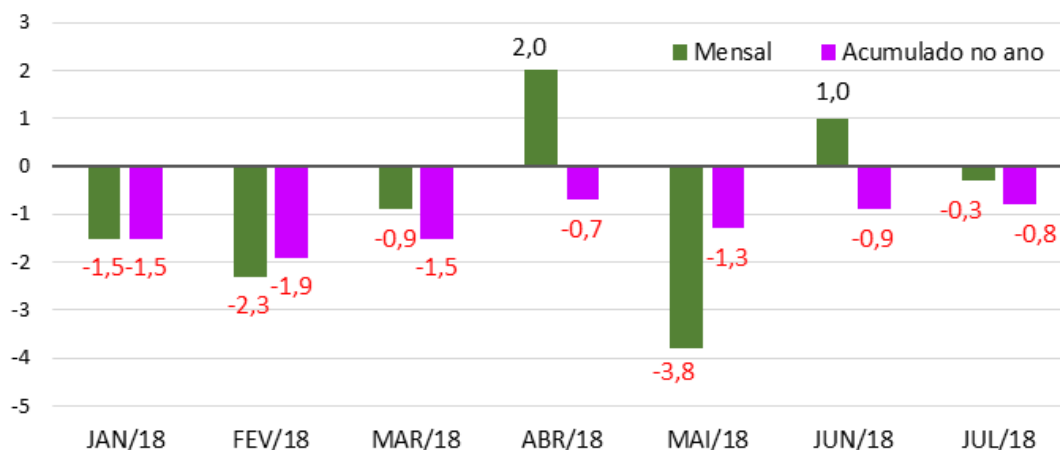
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Serviços: desempenho permanece negativo em 2018

Por outro lado, o setor de prestação de serviços – objeto desta seção – continua apresentando desempenho insatisfatório em 2018. Em que pesem dois resultados mensais positivos – 2,0% em abril e 1,0% em junho – as demais variações mensais são negativas. Nesse contexto, o indicador do desempenho acumulado do ano apresenta declínio em todos

os meses (**Gráfico 7**). Portanto, neste ano o volume de prestação de serviços registra um desempenho continuamente aquém dos resultados mensais observados no ano passado. Trata-se de prolongada contingência de uma crise econômica que persiste em rota lenta e acidentada de recuperação: as atividades de serviços, no agregado, não emitem sinais claros e consistentes de recuperação, predominando variações no campo negativo dos indicadores.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2018 a julho/2018



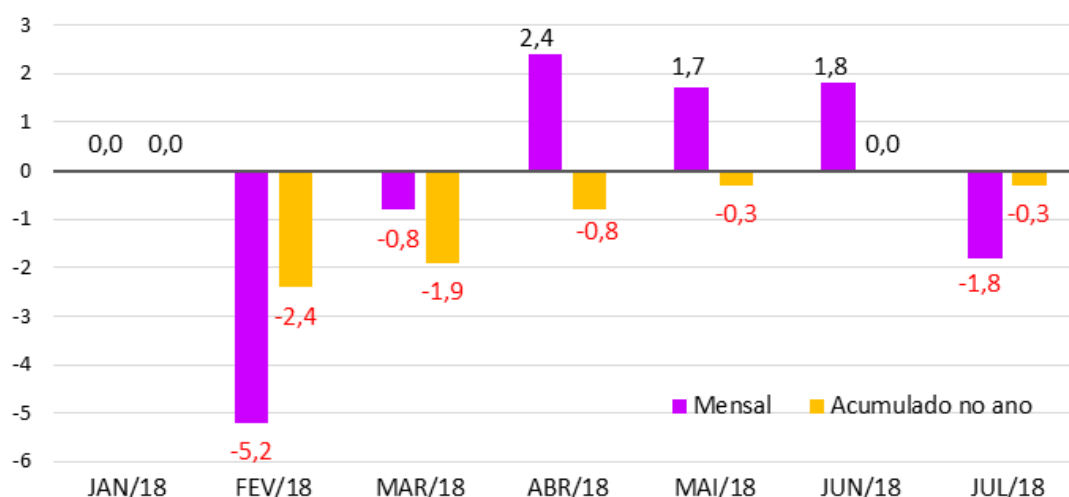
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Turismo: decréscimo no resultado acumulado do ano

Os boletins mensais da Fecomércio têm deixado evidente que o conjunto de atividades que compõem os serviços de turismo vêm registrando desempenho negativo no país há bastante tempo. Ademais, os três resultados mensais positivos (abril, maio e junho) alcançados em 2018 não foram suficientes para tornar positiva a variação do indicador de desempenho no acumulado do ano. De fato, os melhores resultados do índice acumulado do volume de serviços prestados no segmento de turismo

são registrados nos meses de janeiro e junho – nestes dois meses foi de 0,0% o resultado acumulado do ano, o que indica manutenção do mesmo volume de serviços alcançado no mesmo período do ano passado. Ou seja, o indicador acumulado do ano – representado no **Gráfico 8** – continua sem apresentar variação positiva, ao longo de 2018. Em julho, último resultado disponível, o decréscimo no volume de serviços de turismo é de -0,3%. Em síntese, o volume de serviços prestados no segmento de turismo mantém-se negativo, prolongando ainda mais a recessão nesse segmento.

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada em 12 meses do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a julho/2018



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

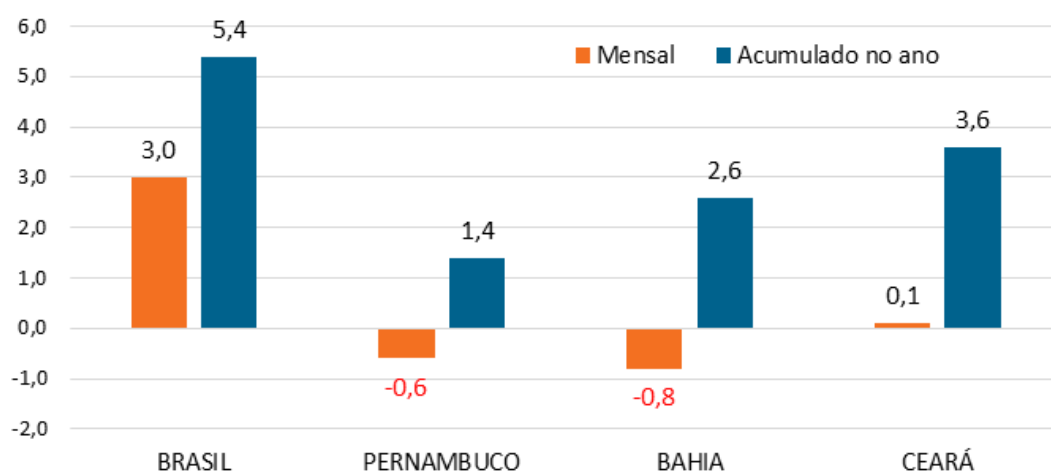
2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM JULHO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Pernambuco passa a ser, nesta seção e na seguinte, objeto central da análise, incluindo-se esforços de contextualização nos planos nacional e regional. Inicialmente, examine-se o desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, no contexto regional e nacional, conforme ilustrado nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, considera-se o resultado agregado para o país.

Note-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** em Pernambuco segue positiva (1,4%), no que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a julho). Embora positivo, reflete um desempenho inferior ao observado nos demais territórios aqui analisados; especialmente quando o cotejo é feito com o varejo ampliado nacional.

No que diz respeito ao resultado mensal, observa-se uma variação negativa (-0,6%) no mês de julho e um desempenho inferior ao desse mesmo segmento no contexto nacional.

Gráfico 9 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-julho2018 (base: mesmos períodos/2017)

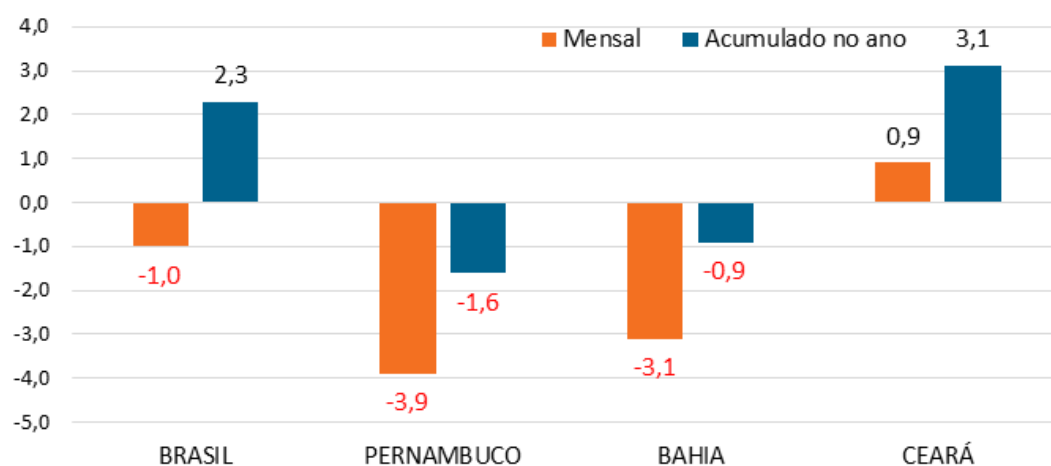


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Quando a análise se volta para o comportamento do varejo restrito – retirados os segmentos de veículos e construção – Pernambuco revela desempenho ainda mais fraco. Com efeito, as variações no volume de vendas do estado de Pernambuco são negativas, tanto no indicador mensal referente ao mês de julho (-3,9%) quanto

no acumulado do ano (-1,6%). Como se observa no **Gráfico 10**, é um resultado também abaixo do verificado para o país: decréscimo mensal de 1,0% e crescimento de 2,3% no índice acumulado do ano. O melhor desempenho do varejo ampliado é devido a influência positiva do segmento de veículos sobre o desempenho global.

Gráfico 10 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-julho2018 (base: mesmos períodos/2017)

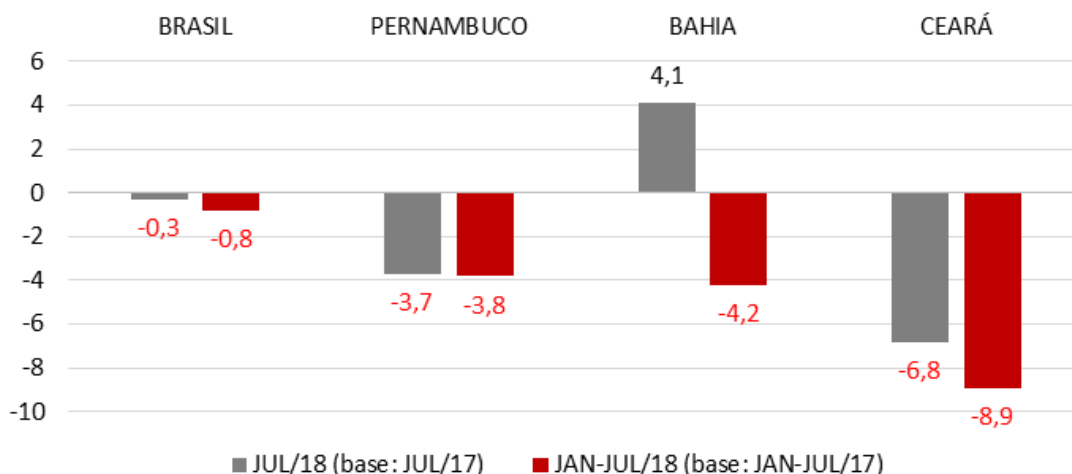


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Cabe agora se observar o panorama referente ao setor de serviços (**Gráfico 11**). O volume de serviços prestados em Pernambuco declina em julho, tanto em termos de indicadores mensais (-3,7% em julho 2018, tendo-se por base julho de 2017), quanto no acumulado do ano (-3,8% em janeiro-julho deste ano, relativamente a idêntico período de 2017). Ademais, são quedas mais expressivas do que as médias observadas no âmbito nacional: -0,3% e -0,8% - mensal e acumulada, respectivamente. São resultados que deixam claro o grau de dificuldade que vêm enfrentando as atividades de prestação de serviços, segmento que - no agregado - permanece como retardatário em termos de recuperação. Isso pode ser um sinal de que a recuperação da

renda das famílias ainda não é forte o suficiente para generalizar a retomada de negócios em todo o espectro de atividades da economia. Ou seja, em tempos de restrição de renda e de incerteza sobre o futuro próximo, os gastos familiares ganham padrão mais seletivo, adiando-se despesas que podem ser oportunamente feitas quando a economia mostrar sinais mais robustos de recuperação. A persistência de tais resultados negativos deve-se, portanto, não apenas a restrição absoluta de renda (perda de capacidade de compra, via desemprego ou redução da renda familiar nominal), mas a adiamento de decisões de alguns gastos por famílias que até poderiam fazê-los, mas incertezas sobre o futuro levam à postergação de tais despesas.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - julho/2018 (base: mesmos períodos/2017)

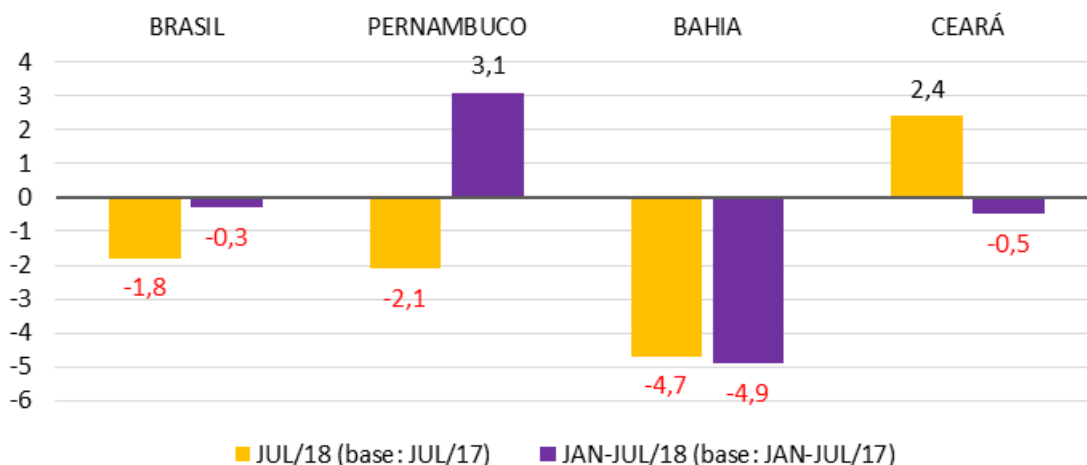


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Conforme procedimento usual, bem estabelecido, na série Boletim Conjuntural do Fecomércio, incorpore-se à abordagem setorial a particularização do segmento de turismo. De forma similar à análise dos segmentos de comércio e prestação de serviços, também são aqui considerados os três principais estados nordestinos e o país como um todo, em linha com a contextualização dos resultados observados para Pernambuco (**Gráfico 12**). Conforme o indicador mensal e o acumulado do ano de 2018 (janeiro a julho), relativamente ao mesmo período do ano de 2017, Pernambuco continua

registrando desempenho positivo (3,1%) no indicador acumulado do ano e bastante diferenciado, em contraposição ao país como um todo (-0,3%) e aos estados do Ceará (-0,5%) e da Bahia (-4,9%). Novamente, como verificado em Boletins anteriores, em atividades relacionadas com o turismo o desempenho de Pernambuco no resultado acumulado do ano continua substancialmente superior ao observado nos demais territórios considerados neste Boletim, não obstante o índice mensal (-2,1%) ter ficado abaixo da média nacional em julho (-1,8%).

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-julho/2018 (base: janeiro-julho/2017)



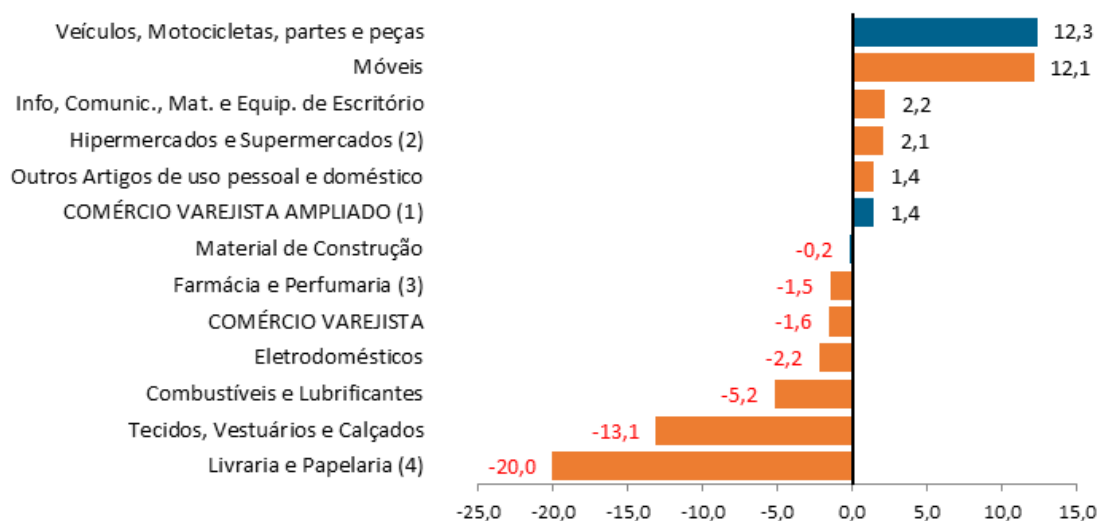
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

Resguarda-se, nesta seção, outro procedimento que é bem estabelecido nesta série do Boletim Fecomércio: detalhamento de informações conforme as atividades específicas do comércio e da prestação de serviços. Em relação ao varejo, trata-se de dados sobre o volume de vendas – indicador acumulado de 2018 (janeiro-julho), comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes do varejo, o que está contemplado no **Gráfico 13**, repetindo-se

a menção aos resultados agregados do setor: varejo restrito (-1,6%) e varejo ampliado (1,4%). Observa-se que cinco dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas. Entre as positivas, os destaques são: veículos, motocicletas, partes e peças (12,3%); e móveis (12,1%). Entre as negativas: livreria e papelaria (-20,0%); tecidos, vestuários e calçados (-13,1%);

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-maio/2018 (base: janeiro-maio/2017)

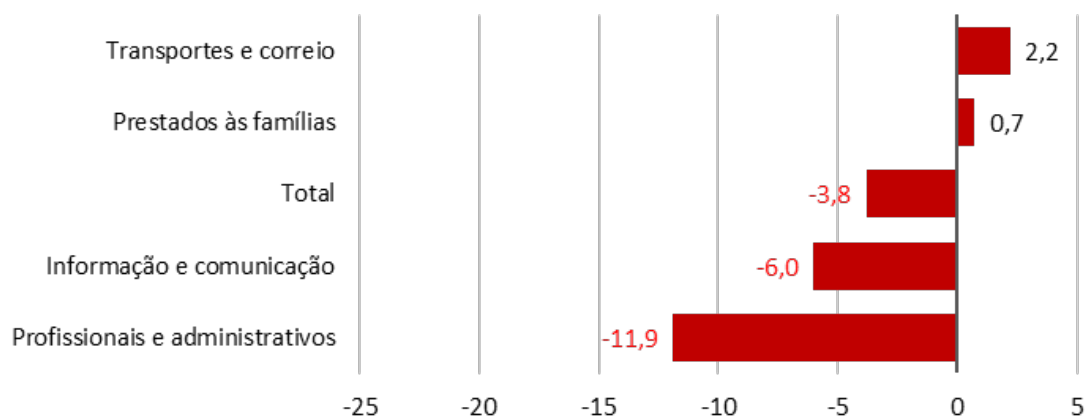


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), também é útil que primeiro se renove o registro de que, no agregado, a retração da atividade econômica nesse segmento, em 2018, chegou a -3,8%. O detalhamento revela que os grupos representados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 0,7% e 2,2%. Para os outros dois agrupamentos, as variações no volume de vendas

são substancialmente negativas: 'Informação e Comunicação' (-6,0%); e 'Profissionais e administrativos' (-11,9%). Em resumo, embora dois dos quatro grupos ofereçam resultados positivos, tal contribuição não é o suficiente para reverter o desempenho global negativo. Trata-se de resultados que, qualitativamente, são similares aos observados em Boletins anteriores, o que persiste como sinal desalentador para recuperação do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços por Atividade, em % - janeiro-julho2018 (base: janeiro-julho/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Viu-se, neste Boletim, que em contraste com a trajetória da economia brasileira em 2017 –recuperação modesta, mas em ritmo crescente de variação – o ano de 2018 nos trouxe arrefecimento do ritmo de recuperação. Assim, observa-se reversão de expectativas a respeito da taxa de crescimento econômico esperada – pelos agentes econômicos – para o PIB deste ano. A estimativa mais recente aponta para uma elevação de apenas 1,35% do PIB, conforme o Boletim Focus do Banco Central de 21/09/2018 – um patamar ainda otimista se tomarmos por base o crescimento de apenas 1,1% nos primeiros seis meses do corrente ano.

Já o mercado de trabalho – instância da economia que espelha o nível de atividade do sistema produtivo e que afeta a decisão das famílias de assumir gastos no futuro imediato – também apresenta dificuldades. Depois de baixar ao patamar mínimo de 11,8% no último trimestre do ano passado, a taxa de desocupação alcançou 12,3% no trimestre maio-junho-julho deste ano. Isso ocorreu depois de novo pico em março deste ano (13,1%), ao que se seguiu declínio até os 12,3%. Ora, esse patamar de maio-julho ainda é superior ao piso observado no referido encerramento de 2017 – nível já bastante elevado.

Isso reflete a contingência de que, em horizonte carregado de incertezas, a recuperação do nível de emprego é lenta, porque agentes empresariais adiam contratações ou o fazem com parcimônia, por temer assumir compromissos sem confiança de que, em futuro próximo, a recuperação se torne sustentável. E no que se refere a empreendedorismo (tanto no segmento formal quanto no segmento informal) o nível de investimento e de disposição para ampliação também é negativamente afetado por incertezas e por uma ainda frágil recuperação da renda

das famílias. Por outro lado, vimos que dois importantes fluxos do mercado de trabalho (crescimento da PEA, de meio milhão de pessoas; e crescimento do pessoal ocupado, o dobro disso) levaram a um resultado líquido de redução do nível de desocupação da força de trabalho, embora o segmento informal responda por cerca de metade desse resultado. Por outro lado, informações do Ministério do Trabalho/CAGED revelam, como mencionado neste Boletim, a criação de 568.551 postos de trabalho formal em 2018, número compatível com os do IBGE, que registrou a criação de cerca de 500 mil empregos formais no trimestre encerrado em julho. De todo modo, permanece o número preocupante de cerca de treze milhões de pessoas desocupadas, afora o largo contingente de força de trabalho subutilizada ou em situação de desalento. E, como se sabe ociosidade da força de trabalho corrói a qualificação do trabalhador, o que se agrava durante períodos de longo desemprego, levando ao desalento, e tal contingência se traduz em redução do potencial produtivo da economia.

Como contraponto a esse quadro complexo, perdura o papel positivo desempenhado por inflação e taxa básica de juros em patamar historicamente baixo, além de boas reservas internacionais. Isso fornece munição para, que, em momentos mais delicados do cenário econômico, o governo possa fazer adequada calibragem da política cambial

O país, portanto, precisa materializar – no menor espaço de tempo possível (restrição de tempo e sentido de urgência são fortes fatores balizadores de uma saída da crise) – uma alternativa de concertação política em torno de um caminho de reformas, com a da Previdência Social na linha de frente. E se trata de reforma efetiva, não de remendos que venham a gerar mais distorções no sistema.

O mesmo cuidado deve ser associado a cada reforma estrutural de que o país precisa, a exemplo da mudança dos sistemas de incentivos fiscais às empresas. Reforma que recupere o papel correto a ser desempenhado por agências reguladoras, em defesa da qualidade na provisão de serviços públicos e privados ao cidadão (saúde, água e energia elétrica, telecomunicações e TVs a cabo etc.), entre outras mudanças estruturais que dotem a economia brasileira de fundamentos mais modernos.

Seria indesejável que o país prolongasse um período que pode chegar a cinco anos consecutivos de estagnação-recessão-lento crescimento, com acentuando declínio da renda per capita brasileira. Também se tem clareza de que, à medida que se aproxima mais mantém-se um quadro ainda permeado de incertezas.

Déficit fiscal (governo central, estados e municípios) e a resultante dívida pública em alto patamar dificultam a recuperação econômica. A solução satisfatória para o problema fiscal do setor público, exigirá – a partir do momento de implementação de reformas – pelo menos cinco anos para ser plenamente alcançada. Em curto prazo, variações no câmbio em meio às incertezas eleitorais podem trazer volatilidade e pressões inflacionárias, mas o Banco Central está atento e o país detém boas reservas internacionais. Ademais, há sinais de que a sociedade está cansada do prolongamento das crises econômica, política e ética e percebe a urgência de mudanças. Falta uma concertação política, um acordo nacional, o que se constitui em grande desafio para o novo governo a ser instalado em janeiro de 2019.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio. Julho/2018.**

Pesquisa Mensal dos Serviços. Julho/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Julho/2018.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Agosto/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Julho/2018

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque

Diretora-executiva do Instituto

Fecomércio: Brena Castelo Branco

Economista: Rafael Ramos

Designer: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista

Ademilson Saraiva | Economista

Roberto Alves | Estatístico

Jorge Jatobá | Economista

Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

